



Leila Cuéllar

Introdução às agências reguladoras brasileiras

prefácio

Marçal Justen Filho

Coordenadores da coleção:
Pedro Gonçalves (Coimbra)
e Egon Bockmann Moreira (Curitiba)

171 páginas

ISBN 978-85-7700-187-3

Formato: 17,0 x 24,0 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A partir de 1996, várias agências reguladoras independentes foram instituídas no Brasil, em todos os níveis da Federação (municipal, estadual, distrital e federal). Esse modelo de relacionamento do Estado com determinados setores da economia gerou uma série de debates acadêmicos. Agora, passados mais de dez anos, a estabilidade do modelo exige que dele se faça um balanço, uma avaliação ponderada com vistas ao seu futuro.

O presente livro apresenta um quadro geral das agências reguladoras brasileiras, com a intenção de contribuir para a compreensão e o aprimoramento destes institutos.

Trata-se de obra fundamental para o conhecimento e o estudo aprofundado da regulação e dos entes reguladores independentes no Brasil.

Leila Cuéllar é Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Graduada em Regulação Pública pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É Procuradora do Estado do Paraná e Membro do Conselho Científico da *Revista de Direito Público da Economia (RDPE)*. Publicou *As Agências Reguladoras e seu Poder Normativo* (São Paulo, 2001) e *Estudos de Direito Econômico* (Belo Horizonte, 2004), livro em parceria com Egon Bockmann Moreira — além de vários artigos em obras coletivas e em revistas acadêmicas.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio

Marçal Justen Filho

Apresentação

Capítulo 1

Considerações preliminares

- 1.1 Breve enquadramento político-administrativo
- 1.2 Estrutura federativa e forma de governo presidencialista
- 1.3 A estrutura administrativa no Direito Público brasileiro: em especial a figura das autarquias
- 1.4 Poder Legislativo: leis e medidas provisórias
- 1.5 Ausência de previsão constitucional expressa quanto a regulamentos independentes e autoridades independentes

Capítulo 2

Quadro jurídico das agências reguladoras

- 2.1 Breve histórico das agências brasileiras
- 2.2 As agências federais, estaduais, municipais e distritais
- 2.3 Modos de criação: lei e medida provisória
- 2.4 Agências especializadas e agências multissetoriais
- 2.5 Atribuições
 - 2.5.1 Acesso à atividade
 - 2.5.2 Produção normativa
 - 2.5.3 Implementação e supervisão administrativa
 - 2.5.4 Competência para dirimir conflitos
 - 2.5.5 Competência sancionatória
 - 2.5.6 Outras atribuições
- 2.6 Regime jurídico das agências
 - 2.6.1 Ausência de lei-quadro, regimes singulares
 - 2.6.2 Natureza jurídica: autarquia especial
 - 2.6.3 Independência orgânica
 - 2.6.4 Independência funcional
 - 2.6.5 Regime de gestão administrativa e financeira
 - 2.6.6 Procedimento regulatório
 - 2.6.7 Formas de controle — quem fiscaliza o fiscal?

Capítulo 3

As principais agências reguladoras

- 3.1 Agências Federais
- 3.2 Agências Estaduais e do Distrito Federal
- 3.3 Agências Municipais
- 3.4 Ente regulador da concorrência

Capítulo 4

Considerações finais

- 4.1 Proliferação e necessidade de uma lei-geral
- 4.2 Viabilidade do modelo
- 4.3 Necessidade de maior controle (*accountability*) e maior participação popular

Referências

ANEXO – Tabelas comparativas entre as agências reguladoras federais

Índice